

# FRONTEIRAS SOCIAIS FORTES E PADRÕES ORGANIZACIONAIS FRACOS? SELEÇÃO DE CANDIDATOS E COMPOSIÇÃO SOCIAL NOS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS EM 2010

## STRONG SOCIAL FRONTIERS AND WEAK ORGANIZATIONAL PATTERNS? CANDIDATES' SELECTION AND SOCIAL COMPOSITION IN THE MAJOR BRAZILIAN POLITICAL PARTIES IN 2010

Bruno Bolognesi <sup>†</sup>  
Luiz Domingos Costa <sup>‡</sup>

**Resumo:** Seleção de candidatos e composição social dos partidos são, teoricamente, parte de um mesmo processo político. No Brasil, de acordo com o conhecimento disponível, as bancadas partidárias apresentam significativo contraste entre si do ponto de vista de suas bases sociais, ainda que seus procedimentos internos de seleção de candidatos sejam relativamente uniformes. Pretendemos examinar essa “combinação” mediante a intersecção entre processos organizacionais de seleção de candidatos e composição social das candidaturas para a Câmara dos Deputados em 2010 para DEM, PMDB, PSDB e PT. A proposição a ser testada é a de que a seleção de candidatos é diferente entre os principais partidos nacionais e incide sobre o padrão o recrutamento social dos mesmos. Os resultados apontam que a seleção de candidatos não é capaz de explicar a composição social das listas partidárias, mas revela a organização partidária como causa fundamental da permeabilidade dos partidos políticos à inserção de grupos sociais expressivos como trabalhadores.

**Palavras-chave:** Seleção de candidatos. Partidos políticos. Composição social. Democracia interna. Eleições.

**Abstract:** Candidate selection and the social basis of political parties are, in theory, both parts from the same process. In Brazil, the elected party group shows significantly different from each other regarding their social composition (Rodrigues 2002b), although their candidate selection processes seem to remain uniform (Samuels 2008). We try to stress out this combination

---

<sup>†</sup> Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

<sup>‡</sup> Doutorado em Ciência Política na UFPR. Mestre em Ciência Política pela UNICAMP. Atualmente é professor Centro Universitário UNINTER e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

by crossing over candidate selection as an organizational issue and the social permeability of electoral rolls for DEM, PMDB, PSDB and PT in the 2010 federal legislative elections. The tested proposition is that candidate selection is different between great national parties and impacts over their social recruitment. Results point out that candidate selection is not capable to explain the social composition from party lists, revealing, on the other hand, the organizational structure as a main source of party permeability to incorporation of expressive social minorities.

**Keywords:** Candidate selection. Political parties. Social basis. Internal democracy. Elections.

## 1 Introdução

Maurice Duverger (1980, p. 101) afirmou que a distinção fundamental entre os partidos de quadros e os partidos de massas repousava sobre uma infraestrutura social e política. A força dessa ideia pode ser testada mediante a dimensão do recrutamento político, entendido como um processo longo que contempla etapas que vão desde a socialização do indivíduo em estágios iniciais da vida até procedimentos institucionais que lançam o mesmo à vida política (CZUDNOWSKI, 1975). Contudo, cada vez mais os estudos sobre a forma com que os representantes políticos chegam até seus cargos têm focado em *questões pontuais* desse longo processo. Uma das frentes que mais tomam corpo é o estudo de seleção de candidatos no interior dos partidos políticos.

No Brasil, as dimensões subjacentes à representação política têm ganhado impulso significativo, seja na frente de trabalho sobre o perfil social (a composição social ou as bases sociais de recrutamento partidário), seja na frente dedicada ao exame das características de organização e seleção de candidatos. Contudo, a maior parte dos trabalhos dedica-se a essas dimensões de forma analiticamente isolada, não estabelecendo diálogo entre a organização do partido e a base social que o compõe (BRAGA, 2008; ÁLVARES, 2008).

De acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2006), os meios sociais de origem influenciam nas escolhas individuais por partidos situados em diferentes posições no eixo ideológico. Possivelmente, segundo o autor, a escolha individual não se baseia necessariamente nas diferenças ideológicas entre as siglas, mas sim reflete diferenças de natureza social, como círculos de amizade e redes de relacionamento, pertencimento a organizações civis prévias à militância partidária. Embora sem lograr estabelecer a causa, o autor identifica fortes evidências de que os partidos de esquerda tendem a recrutar seus candidatos entre as camadas média e baixa da sociedade, ao passo que os partidos de direita tendem a recrutar os seus representantes entre as camadas superiores da sociedade.

Por mais sugestivas que sejam as afirmações de Rodrigues, permanece a dificuldade para separar a oferta que emerge do mundo social da demanda controlada pelas organizações, tal como elaborado por Pipa Norris (1997). Sem levar em conta essas dimensões, os achados disponíveis no conjunto de investigações têm reduzido o fenômeno às suas consequências: estabelecer somente o perfil das bancadas partidárias eleitas.

A proposta de união entre essas dimensões partidárias torna-se possível na medida em que os processos de formação de listas eleitorais são entendidos como locus privilegiado para o

manejo institucional das bases sociais<sup>1</sup> que representarão o partido (FREIDENBERG, 2003) ou, nos termos de Panebianco (2005), para a delimitação do “território de caça” da organização. Ou seja, é principalmente no processo de adesão ao partido e, especialmente, na seleção dos candidatos (estes que serão a face pública da legenda) que conseguimos observar o modo como processos organizacionais acarretam consequências no conteúdo da representatividade partidária (FREIDENBERG, 2003).

Portanto, iremos aqui – de forma incipiente e metodologicamente ainda experimental – tentar apontar de que modo *quem* escolhe os candidatos pode impactar na composição social da face pública dos partidos políticos (WOLINETZ, 2002). A hipótese é que processos de seleção conduzidos por estruturas partidárias mais robustas tendem a refletir melhor a composição social dos partidos políticos. Por outro lado, organizações mais frouxas, dominadas pelo personalismo e pelas vontades dos líderes, estão sujeitas a sucumbir apenas ao apelo eleitoral do sistema político brasileiro.

O artigo está assim dividido: apontamos de que forma a seleção de candidatos é analisada tendo em vista sua principal dimensão: o *selectorate* (RAHAT, 2005); em seguida, examinamos a composição social das listas de candidatos para deputado federal em quatro partidos brasileiros; por fim, tentamos estabelecer uma relação entre o processo de escolha de candidaturas e a composição final das listas que chegam até o processo eleitoral. Desse modo, não se trata aqui do mesmo movimento realizado pela sociologia política de Rodrigues (2002a) em analisar apenas o resultado eleitoral que se configura nos eleitos, mas sim de saber em que medida os partidos políticos operam a representação em sua esfera interna.

## 2 A seleção de candidatos como fronteira organizacional

A seleção de candidatos é definida como o processo pelo qual os indivíduos abandonam sua posição cotidiana na política e passam a ocupar uma posição pública em busca de um cargo político representativo. É um processo, na maior parte das vezes, extralegal, predominantemente controlado pelos partidos políticos<sup>2</sup>. Segundo Rahat e Hazan (2001), a seleção de candidatos traz consigo o privilégio de revelar processos partidários que podem nos dizer tanto sobre a natureza organizacional do partido até o comportamento político dos eleitos. Contudo, entre um elemento e outro, há uma série de pequenas nuances no que concerne às causas e consequências deste processo.

Os mesmos autores afirmam que é possível estabelecer, a partir da seleção de candidatos, consequências para a governabilidade, já que legisladores selecionados por diferentes métodos teriam diferentes comportamentos no parlamento; consequências para a democracia interna do partido, visto que a seleção de candidatos é o processo chave pelo qual se determinam

<sup>1</sup> “Bases sociais” é uma expressão que pode sugerir as características demográficas do eleitorado de um partido político. Não obstante, o emprego desse termo aqui se refere ao universo social de onde emergem os candidatos dos partidos, não tendo nenhuma relação com o perfil dos votantes nesse partido.

<sup>2</sup> Em sistemas eleitorais de lista com coligação eleitoral permitida, seria o caso de saber em que medida os partidos selecionam os candidatos ou se não são as grandes coligações eleitorais que o fazem. No caso do Brasil, podemos afirmar, com alguma segurança, que são os partidos, visto que a abertura para incluir candidatos é muito maior do que a oferta que os partidos encontram (CERVI, 2012; BOLOGNESI, 2013b).

quem são os atores que detém o controle do partido (BILLIE, 2001; FREIDENBERG, 2003); e consequências para a eleição, dado que a forma de que são escolhidos determina o investimento privilegiado de algumas estratégias de campanha política<sup>3</sup>. Além disso, Rahat (2009) e Hazan e Rahat (2010) apontam que a seleção de candidatos pode conformar a composição social interna nas listas partidárias e, por conta disso, impactar na representatividade política das casas legislativas. É justamente sobre esse segundo par de consequências que este texto pretende tratar. Assim, será possível rearticular parte das etapas envolvidas no processo de recrutamento político e superar a fragmentação concernente aos estudos de seleção de candidatos, delineando o quadro que leva dos mecanismos à representatividade.

Vertente teórica paralela tenta fazer também a ponte entre o institucionalismo e a sociologia política. Norris e Lovenduski (1997) estabelecem um modelo de recrutamento político que procura pesar o lado da oferta de quadros para a formação das listas partidárias e o lado da demanda dos selecionadores que filtram quem serão os nomes que comporão as mesmas. Nesse sentido, a autora apresenta um modelo de análise que leva em conta tanto o processo organizacional de escolha de candidaturas quanto o *output* deste, lançando mão das variáveis sociológicas que remetem às escolhas políticas dos partidos. Ou seja, a lista de candidatos seria uma combinação entre as bases sociais disponíveis para que os operadores políticos dos partidos pudessem fazer suas escolhas tendo em vista disposições organizacionais de cada legenda em seu ambiente eleitoral.

Não pretendemos fazer uso do modelo proposto por Norris e Lovenduski (1997), mas reproduzimos parte do argumento que aponta que é preciso complexificar a relação entre seleção de candidatos e representatividade. Isso ocorre por um fator que as autoras expõem com clareza: o resultado da composição social das listas não é unicausal e nem o partido possui controle sobre a estrutura social que condiciona a oferta de candidatos.

Assim, metodologicamente, dividimos a análise da seleção de candidatos em duas etapas. Em primeiro lugar, mostraremos como é realizada a seleção de candidatos nos quatro maiores partidos brasileiros: DEM, PMDB, PSDB e PT. Serão utilizados os dados apresentados em Bolognesi (2013), que realiza um *survey* com candidatos a deputado federal em 2010 para mensurar o processo. Para tanto, tomaremos a análise da: i) inclusividade do *selectorate*<sup>4</sup> e; ii) a forma de seleção de candidatos<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Por exemplo, nos Estados Unidos a existência de prévias contando com a participação de muitos membros do partido para a eleição presidencial torna a campanha longa e onerosa. Por outro lado, seleções controladas por colégio de líderes, como na Bélgica, apontam um comportamento muito mais restrito ao partido em si do que às bases sociais do mesmo.

<sup>4</sup> *Selectorate* é definido aqui como o corpo responsável por tomar a decisão final de quem entra e quem é barrado na lista de candidatos que disputarão as eleições. Ele pode variar desde um único líder político até órgãos partidários (como colégio de delegados ou de líderes) ou ainda pode ser composto por organizações anexas aos partidos como sindicatos, movimentos sociais, entidades de classe, igrejas.

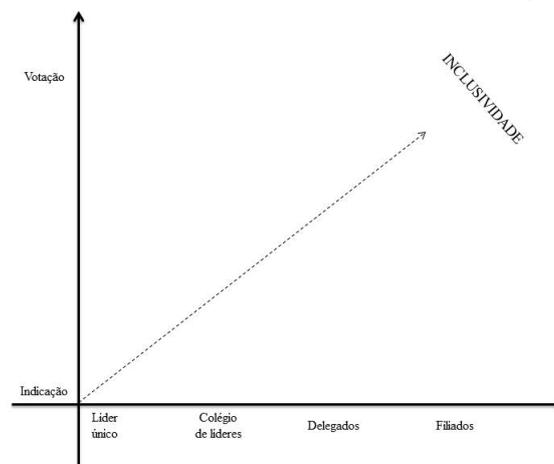
<sup>5</sup> Usualmente, vários autores trabalham com pelo menos quatro dimensões para a análise dos processos de seleção de candidatos. Além das duas expostas no corpo do texto, são analisados também os requisitos formais para a candidatura e a centralidade da seleção de candidatos (PENNING; HAZAN, 2001; GALLAGHER; MARSH, 1988; FREIDENBERG, 2002; BOLOGNESI, 2013b; HAZAN; RAHAT, 2006; SIAVELIS; MORGENSTERN, 2009). Aqui ignoraremos essas outras dimensões por dois motivos: no Brasil, os requisitos legais para ser candidato a deputado federal são facilmente superados pela maior parte dos eleitores (BRAGA, 2008; GUARNIERI, 2004), assim como os requisitos formais dos partidos políticos; e vivemos em um país federado de dimensões

- i) O *selectorate* será analisado em relação a sua inclusividade. Segundo Hazan e Rahat (2010), no polo mais inclusivo temos aquelas seleções realizadas por todos os eleitores, como nas prévias de alguns estados estadunidenses. No polo mais exclusivo temos seleções feitas por um único líder. Entre esses dois extremos, as listas são formadas por delegados de partidos ou colégios de líderes;
- ii) em segundo lugar, observamos de que forma é realizada a seleção, se por meio de votação ou por indicação. Seleções por voto oferecem maior oportunidade para negociação e inclusão de minorias, enquanto que listas compostas por meio de indicações tendem a ser mais excludentes e dependentes da vontade de apenas alguns indivíduos.

Poderíamos imaginar a ocorrência *overlapping processes*, i.e., ocorre a sobreposição entre os dois elementos. Entretanto, isso ocorre apenas na condição de que um líder único decide quem são os nomes nas listas eleitorais. Mesmo quando temos participação de eleitores, podemos ter processos de indicação de determinados grupos que apoiam um candidato específico ou de facções partidárias (grupos de membros) que têm direito a indicar certa quantidade de candidatos num partido específico.

O gráfico abaixo resume a inclusividade do *selectorate* na seleção de candidatos em cada partido.

Gráfico 1 – Modelo teórico de inclusividade na seleção de candidatos



Fonte: Bolognesi (2013a).

E o que a inclusividade tem a ver com a representação política? Segundo Hazan e Rahat (2006), se os partidos insistem em incluir determinados grupos sociais dentre seus candidatos, a probabilidade de que os mesmos recebam votos e sejam eleitos aumenta em relação a não inserção de grupo minoritário nenhum.

A hipótese que adotaremos aqui é adaptada da proposta por Hazan e Rahat (2006). Os autores israelenses propõem que: quanto mais inclusivo for o *selectorate*, menor permeabilidade social terá o mesmo. Ou seja, seleções conduzidas por filiados tendem a listas mais homogêneas, já que o custo para se fazer notado e escolhido é muito alto e o comportamento de grandes

---

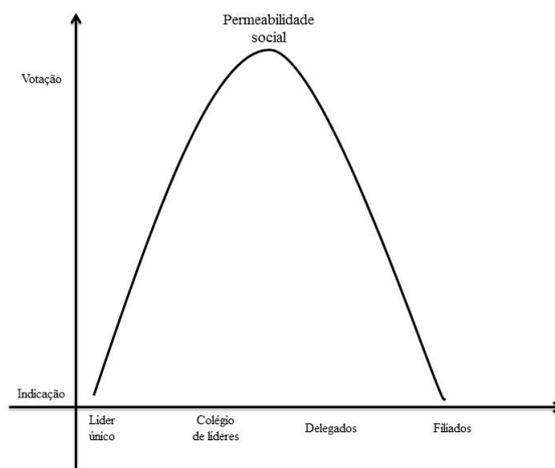
continentais e, desse modo, mesmo que o comitê central (nacional) do partido queira, seria impossível controlar a escolha dos candidatos em cada estado.

grupos leva à escolha de candidatos que representem a maioria, às preferências médias do eleitor ou à escolha do candidato que se aproxima do eleitor médio<sup>6</sup>. Por outro lado, seleções conduzidas por um único líder tendem a dar maiores chances para a escolha de candidatos advindos de minorias ou grupos sociais periféricos, dizem os autores.

Nós, por outro lado, entendemos que a hipótese parece correta quanto a sua primeira conjectura empírica. Contudo, é completamente contraditório afirmar que a seleção de candidatos realizada por um único líder leve a uma composição plural da lista partidária. A não ser no caso em que contemos com um líder plural ou pressionado por outras instâncias partidárias, é muito mais provável que seu comportamento seja rigorosamente buscando privilegiar suas próprias vontades ou focar em apenas um elemento da dinâmica partidária-eleitoral<sup>7</sup> (HOPKIN, 2001; HAZAN; VOERMAN, 2006; SAMUELS, 2008). Portanto, nossa hipótese aqui será a seguinte:

H<sup>1</sup>: seleções de candidatos conduzidas por *selectorates* extremos quanto a sua inclusividade serão menos representativas e aquelas conduzidas pelos pontos médios de inclusão – delegados de partidos e colégio de líderes – terão resultados mais inclusivos, sobretudo se a forma predominante de decisão for o voto. O Gráfico 1.1 abaixo ilustra a diferença entre o que propomos e o que dizem os autores israelenses.

Gráfico 1.1 – Modelo de trabalho na seleção de candidatos



Fonte: elaboração própria.

Resumindo: escolhas feitas por filiados ou por um único líder tenderão a produzir listas eleitorais elitistas, que contam com baixa inserção de minorias sociais. Por outro lado, aquelas feitas por delegados eleitos do partido ou por colégio de líderes tendem a aumentar o poder de barganha individual, dando mais espaço para inclusão de grupos alijados da vida política. É claro, votações tendem a dar ainda maior poder para esta barganha, já que em processos de indicação não há legitimidade institucional do procedimento, apenas a apresentação da vontade de um grupo ou de um indivíduo (por mais alta que seja a posição hierárquica no interior da organização, ainda será a indicação um processo de individualização de preferências).

<sup>6</sup> Para uma discussão sobre como sistemas de maioria e democracia direta levam à maximização do eleitor médio e exclusão de pluralidade política, ver Colomer (2007).

<sup>7</sup> Isso é especialmente verdade em sistemas eleitorais centrados no candidato em que as pretensões dos líderes de partido, na maior parte das vezes, são apenas ganhar a eleição independente da representação política que o partido possa oferecer.

Como podemos ver na tabela abaixo, os partidos fazem uso de mais de um *selectorate* para formar suas listas partidárias.

Tabela 1 – Quem selecionou os candidatos para deputado federal em 2010

	Partido Politico(%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Filiados ao Partido	11,1	28,6	22,2	17,9	20
Delegados do Partido	7,4	0	18,5	67,9	23,6
Líderes do Partido	55,6	60,7	51,9	14,3	45,5
Líder Único do Partido	25,9	10,7	7,4	0	10,9
n	27	28	27	28	110
% total	100	100	100	100	100

Fonte: Bolognesi (2013a) – n missing=10[1] / Coef. Contigência 0,568 / p value <0,000

[1] Boa parte deste número refere-se aos candidatos que afirmaram ter sido selecionados por organizações externas aos partidos políticos, como associações profissionais, de classe ou sindicatos. Para fins de análise, esse dado será aqui tratado como missing.

O grande problema na análise da seleção de candidaturas é que esse não é um processo linear ou controlado por um único “agente organizativo” na maior parte das vezes. Hazan e Rahat (2010) dão a esses processos o nome de *complex candidate selection*. Os autores identificam três modos diferentes de seleções complexas: mistas, multiestágios e balanceadas<sup>8</sup>. No caso brasileiro, verificamos que todos os partidos fazem uso da seleção do tipo mista. Nesse sistema o mesmo rol de candidatos é escolhido por diversos *selectorates* diferentes compondo uma lista final em que cada candidato experimenta apenas um tipo de seleção.

Então como ponderar a participação de cada ator no processo de nomeação de candidaturas? Hazan e Rahat (2010) criaram uma escala de 25 pontos de modo a balancear o processo de seleção de candidatos. Nessa escala cada seis pontos devem ser entendidos como o espaço dedicado exclusivamente àquele ator específico. Quando temos seleções do tipo mistas, os pontos do meio entre um e outro *selectorate* servem de referência para posicionarmos a seleção “típica” de cada partido político. E, por fim, os pontos entre os métodos mistos servem para ponderar a proporção de participação de cada *selectorate* no processo.

Como mostra a Tabela 1, vemos que o DEM é o partido em que se predominam eleições realizadas por grupos de líderes (55,6%) e por líderes únicos (25,9%). Como a proporção de uma elite partidária é maior do que a de um líder único, o partido foi posicionado entre esses dois atores na figura seguinte, mas ainda assim mais próximo da elite partidária.

Já no caso do PMDB observamos também um domínio de elite partidária (60,7%) e um peso menor de um único líder realizando a seleção, apenas 10,7%. Ao mesmo tempo é o partido que possui a maior proporção de filiados participando do processo: 28,8% dos respondentes ao *survey* afirmaram ser selecionados por esses atores. Desse modo, posicionamos o PMDB entre “delegados do partido” e “elite partidária” de modo a balancear o peso relativo dos filiados na escolha de candidatos.

<sup>8</sup> Para ver mais sobre isso: Hazan e Rahat (2010) e Bolognesi (2013a).

No PSDB observamos uma grande proporção de candidatos escolhidos por líderes partidários, com 51,9%, ao mesmo tempo em que temos algum peso de delegados e de filiados (e um residual de escolha feita por líder único). Dado esse quadro, compensamos o peso dos delegados de partido e dos filiados posicionando o partido mais próximo na escala dos delegados do que no caso do PMDB, por exemplo.

Por fim, no PT se observa um alto domínio de candidatos sendo escolhidos por delegados do partido, em que 67,9% dos primeiros foram escolhidos pelos segundos. Outras proporções foram de filiados e de líderes partidários, com maior peso dos primeiros. Assim, optamos por colocar o PT no ponto médio entre filiados e delegados, de modo a compensar a participação de uma elite partidária na nominação de candidatos. A Figura 1 resume os achados descritivos conforme a proposta da escala de Reuven Hazan e Gideon Rahat.

Figura 1 – Escala de inclusividade na seleção de candidatos nas eleições de 2010



Fonte: Bolognesi (2013a).

Quanto apenas a *quem escolhe* o que podemos ver é que o PT é o partido mais inclusivo, enquanto o DEM é o que apresenta maior indicador de exclusão. PMDB e PSDB encontram-se ao centro da reta, mas o primeiro com procedimento mais excludente do que o segundo. Contudo, como dissemos, apenas quem escolhe não é a única dimensão capaz de terminar quão inclusiva ocorre a seleção de candidatos. É preciso saber a forma com que esse procedimento é realizado.

No *survey* realizado por Bolognesi (2013a) foi verificado apenas se o candidato havia chegado até a lista partidária por meio do voto ou se havia sido indicado para tal posição. Diferente dos sistemas eleitorais internos que alguns partidos mobilizam em democracias avançadas, o Brasil não apresenta nenhuma evidência de que se utilizem fórmulas eleitorais complexas para composição de suas listas partidárias. A lógica é de maioria simples: aqueles que tiveram maior número de votos ou os que foram indicados por maior número de pessoas entram.

As seleções partidárias realizadas por meio de sistemas de votação tendem a dar maior poder para os indivíduos que ali votam. Por outro lado, sistemas de indicação tendem a criar laços de lealdade apenas entre o candidato e os indivíduos que o indicaram. De outro modo, os sistemas de voto são mais capazes de reforçar posições de lealdade entre os candidatos – e futuros eleitos – e o partido como um todo, dissolvendo a personalização da barganha em indicações (SIAVELIS; MORGENSTERN, 2009).

Abaixo vemos como disseram ter sido escolhidos os candidatos a deputado federal nos partidos que analisamos.

Tabela 2 – Forma de escolha por partido na seleção de candidatos em 2010

	Partido Politico(%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Indicação	73,3	86,7	63,3	23,3	61,7
Votação	26,7	13,3	36,7	76,7	38,3
n	30	30	30	30	120
% total	100	100	100	100	100

Fonte: Bolognesi (2013a).

Nota: Coef. Contingência 0,437 = p value; 0,000

Como podemos ver acima, três dos quatro partidos analisados utilizam o método da indicação de candidatos como principal forma de escolha para montagem das listas eleitorais. Apenas o PT difere-se dos demais, predominando o voto como fonte primordial de tomada de decisão, com 76,7% das respostas dos candidatos dadas nesse sentido.

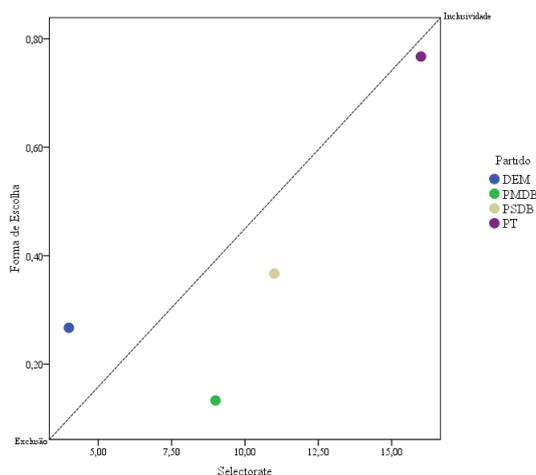
Mesmo no partido em que a incidência de seleção por líderes foi a mais alta, o DEM, o PMDB foi capaz de superar na proporção de candidatos indicados. Isso talvez ocorra pela atuação mais forte dos líderes como grupo dentro do PMDB, mostrando que nem sempre esse tipo de *selectorate* garante a inclusividade na seleção de candidatos.

Por outro lado, os tucanos apresentam indicadores mais ponderados que acompanham de certo modo a distribuição entre os diferentes *selectorates* que o partido mobiliza. O mesmo ocorre com os petistas, de quem se espera que grupos de delegados tendam a se comportar predominantemente por votação.

Desse modo, apenas o PT teria um sistema de seleção de candidatos por voto, em que a maioria dos respondentes afirmou ter chegado à lista final de nomes por tal método. Com diferentes equilíbrios, os outros dois partidos apontam para um entendimento mais típico de sistemas eleitorais centrados no candidato, mas, ainda assim, longe de serem semelhantes entre si a ponto de dizermos que o sistema eleitoral é capaz de pasteurizar os partidos políticos brasileiros.

O Gráfico 2 resume a relação entre inclusividade do *selectorate* e a forma de tomada de decisão em cada um dos partidos.

Sem atentar para os valores absolutos de cada escala, quando miramos na inclusividade do processo de seleção como um todo, como apontado na figura acima, observamos que é o DEM, ao lado do PMDB, o partido mais excludente, enquanto que PT é entre estes quatro o que conta com procedimento mais democratizado. O PSDB encontra-se no entorno do centroide do gráfico, mas ainda assim apresenta diferenças organizativas marcantes entre si. Ou seja, a partir da seleção de candidatos é possível atribuir que os partidos políticos brasileiros, ao menos os quatro maiores, possuem organização com contornos bastante claros no momento de montar suas listas eleitorais. Diferente da literatura que presume uma homogeneidade dada à configuração de nosso sistema eleitoral (SAMUELS, 2008; MAINWARING, 1991; DESPOSATO, 2006; AMES, 1995), mesmo partidos próximos em uma das dimensões (como PMDB e PSDB quanto ao *selectorate*) diferem consideravelmente em relação ao desenho organizacional na outra dimensão (forma de escolha). E, é claro, precisamos frisar que estamos analisando aqui apenas um processo partidário que pode nos desvendar em alguma medida a organização. Estamos

Gráfico 2 – Inclusividade do *selectorate* nas eleições de 2010

Fonte: Bolognesi (2013a).

longe de compreender todas as diferenças que poderiam conformar a distribuição de poder nos partidos e sua relação com o ambiente eleitoral (PANEBIANCO, 2005; FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007). Contudo, como mostram os indicadores de associação entre as variáveis (coeficientes de contingência moderadamente altos e com significância estatística), não há como negar que as fronteiras organizacionais são bastante claras – e não só do PT em relação aos seus pares, como parte da literatura insiste (SAMUELS, 1999), mas também entre os partidos de origem parlamentar.

### 3 Representatividade social e partidos políticos

A maior ou menor permeabilidade social no interior de uma organização pode ser um importante caminho para a análise dos *outputs* partidários (RAHAT et al., 2008). Aqui, utilizaremos a análise da composição social das listas eleitorais dos partidos como uma *proxy* de sua permeabilidade social. Mais especificamente, utilizamos as categorias ocupacionais de trabalhadores como um indicador do pluralismo social partidário. É necessário reconhecer que existem outras medidas para inferir um recrutamento político mais permeável, como o sexo ou raça. Entretanto, essas variáveis não têm o mesmo rendimento que a análise das ocupações de baixo status social: optando por uma ou outra, ficamos apenas com uma variável binária que oferece baixo rendimento. Isto é, podemos ter dois partidos com a inexistência de negros e que são diferentes entre si no que tange à permeabilidade social. Quanto ao sexo, a política de cotas exerce efeito de diluição das diferenças organizacionais quanto à inclusão feminina nas listas (ARAÚJO; ALVES, 2007; MIGUEL; QUEIROZ, 2006). Assim, tendo em vista o material disponível, o uso das categorias ocupacionais de trabalhadores parece mais apropriado para o estudo da permeabilidade social na montagem das listas, dada sua complexidade social e possibilidades de matizarmos a análise com mais gradação e não apenas com categorias sociais dicotômicas.

É preciso reforçar que a opção por essa variável (ocupações de trabalhadores) não é aqui entendida como um preconceito sociológico (PANEBIANCO, 2005). Isto é, não se pretende

derivar o comportamento organizacional e nem a plataforma do partido de seus tipos sociais. Na verdade, trata-se do inverso: a dinâmica interna de selecionar candidatos pode ser uma via para explicar diferenças sociais relevantes na composição partidária?

De forma mais direta, entendemos que a análise da representatividade social do partido pode significar importante recurso metodológico para medir níveis mais sutis de abertura do sistema político aos distintos estratos sociais. Assim como a presença de mulheres ou negros em postos políticos elevados pode servir como um mecanismo que desperta interesse aos eleitores pertencentes a essas categorias demográficas, a presença de trabalhadores no universo político eleitoral pode funcionar do mesmo modo.

“Uma lógica semelhante provavelmente se aplica em termos de ambição política; se os grupos tradicionalmente excluídos são menos propensos a ter exemplos no qual espelhem-se, eles podem ser menos propensos a considerar concorrer a um cargo”<sup>9</sup>, afirmam Fox e Lawless (2005). As pesquisas americanas sobre decisão de participar têm feito avanços na relação entre *background*, avaliação de eficácia política e tentativas de candidaturas. Em outras palavras, a tentativa de concorrer pelos grupos que não desfrutam da condição social tradicionalmente presente no universo político (latinos, negros, mulheres, trabalhadores) é favorecida pela percepção de possibilidade de conseguir espaço nas instituições representativas. Essa percepção é fortemente realçada quando há exemplos a serem seguidos no ambiente dos futuros aspirantes. Essa correia de transmissão pode acelerar a presença de grupos marginalizados nas posições de poder político, e todo esse, à medida que confere representatividade ao sistema político, pode ajudar a melhorar a legitimidade das instituições democráticas.

Sem dúvida, em países com experiência de forte participação política regular desses grupos, a sua entrada primordial se deu por meio dos partidos de esquerda ou partidos de trabalhadores urbanos. O destino da demografia política trabalhista ou socialdemocrata, entretanto, sofreu os reveses típicos da burocratização partidária e da profissionalização dos representantes: após a crescente transmutação das organizações partidárias e a desproletarização (ou aburguesamento) do topo da organização – sem falar também nas próprias mudanças socioeconômicas da sociedade – fizeram com que os trabalhadores não fossem tão centralmente o grosso dessas legendas (KIRCHHEIMER, 2012). Especificamente, os partidos de esquerda – incluindo partidos socialistas do leste europeu – foram uma via de entrada desses grupos na política, mas não o seu terreno de controle absoluto. A classe média intelectualizada e a própria atividade profissional de seus membros deram contornos mais heterogêneos a essas organizações. Portanto, a relação que pode ser observada é a de presença relativa e não a de sobreposição entre *status* social e de posição ideológica.

Na Polônia, por exemplo, no final dos anos 1980, o POUP (Partido Operário Unificado Polaco) contava com metade de seus membros recrutados entre os professores, funcionários públicos e *white collars* (DI TELLA, 1998). O PT brasileiro teve uma trajetória com ampla força dos intelectuais e setores de classe média alta (RODRIGUES, 1990). O caso mais paradigmático

<sup>9</sup> Traduzido livremente do original: “A similar logic likely applies in terms of political ambition; if traditionally excluded groups are less likely to have role models to emulate, they may be less likely to consider running for office”.

talvez seja o do Partido Trabalhista britânico no seu longo processo de institucionalização do século XX: a classe trabalhadora representou 87% dos deputados eleitos na eleição de 1918, e 50 anos depois esse percentual caiu para menos de 30% (GUTTSMAN, 1974, p. 33-34). Além do mais, no próprio seio dos partidos comunistas, a guinada da composição social em direção aos intelectuais foi a principal mudança sociológica (HANLEY, 2003). O caminho que leva à institucionalização parece resultar no desaparecimento das fronteiras sociais no interior dos partidos e entre as próprias organizações.

No Brasil, entretanto, ainda que os partidos políticos tenham reforçado sua relação com o Estado e encontram-se superdependentes de sua face pública (RIBEIRO, 2013), persistem diferenças importantes no que se refere às composições sociais de seus quadros. É verdade que essas diferenças podem ter se reduzido com o passar dos anos, fruto da mudança organizacional que colaborou para maior convergência ideológica em direção ao centro<sup>10</sup>. Mesmo com esse processo em andamento, a topografia social da classe política brasileira não é homogênea. Observando as bancadas congressuais eleitas pelas principais forças partidárias, podem-se encontrar diferenças de composição social dominante entre as agremiações. Nesse caso, os grupos sociais mais tradicionais (empresários e profissões com alto prestígio) continuam mais fortemente presentes nos partidos à direita, ao passo que os grupos representativos do operariado urbano ou do magistério estão mais concentrados nos partidos de esquerda (SANTOS; SERNA, 2007; COSTA, 2010; RODRIGUES, 2006; RODRIGUES, 2002b). Entretanto, não se sabe ao certo como essa morfologia sócio-ocupacional é produzida no interior das organizações.

A importância desse aspecto para o estudo da organização está justamente em como diferentes segmentos sociais são incorporados ao processo eleitoral numa mesma organização. Alguns dados recentes apontam que, a despeito dessa composição social dominante nas altas capas partidárias (isto é, seus representantes nacionais) e convergente com a posição ideológica, a situação não é a mesma quando se olha para a base da organização, isto é, seus filiados ou delegados (RIBEIRO, 2014). Em outras palavras: demografia social dos partidos na sua base de militantes é muito menos dominante e, portanto, há menos contrastes sociais entre estes quando se olha para baixo do que quando se olha para cima da estrutura partidária.

Dados recentes indicam que, entre os candidatos a vereadores, as diferenças sócio-ocupacionais são bem menos salientes entre as grandes forças partidárias. Em 2012, no estado de São Paulo, por exemplo, a esquerda contou com 277 candidatos a vereador oriundos das ocupações de trabalhadores, contra 272 do centro e 386 da direita. Os autores apresentam, ainda, que a direita contou com 480 empresários contra 360 do centro e 283 da esquerda (ROJAS; CARLOMAGNO, 2014, p. 105). De um modo geral, não existe associação positiva entre ocupações empresariais e partidos de direita. E ainda menos para as ocupações de trabalhadores e partidos de esquerda. Pode-se concluir categoricamente que, se tomarmos os candidatos em nível municipal como uma *proxy* melhor da base do partido, as fronteiras sociais são bem mais borradas do que quando observamos as bancadas nacionais.

Aparentemente, temos um paradoxo. Parece que o nível organizacional pode ser uma via

---

<sup>10</sup>O PT, por exemplo, contava com 32% de assalariados entre os seus delegados em 1997, número que ficou reduzido, em 2006, a 12,5% (AMARAL, 2010).

importante para explorar as diferenças que emergem entre os eleitos e que sobretudo não estão presentes na base do partido. A seleção de candidatos pode exercer um papel de filtragem dos grupos sociais que estão presentes no partido e que não estão entre os candidatos escolhidos para representar a organização na eleição. Nesse sentido, é preciso investir na relação da organização com níveis intermediários de representatividade partidária, lançando luz sobre aqueles que perdem as eleições (os candidatos) e delegados e lideranças intermediárias do partido.

#### 4 Operacionalizando ocupações de baixo *status* social

A análise dessa questão requer que se analisem, em primeiro lugar, os candidatos aos cargos representativos. Para executar essa questão, utilizamos os dados oficiais do TSE sobre candidatos a deputado federal em 2010. Nesse material há um total de 162 ocupações. A partir da classificação de Rodrigues (2009) foi possível distribuí-las em um conjunto de onze ocupações de trabalhadores. Elas representam subdivisões no universo dos trabalhadores em função das diferenças de formação, tipo de atividade (manual ou não manual), ramo de atuação (campo, indústria ou serviços) e assim por diante. Dentre as 162 ocupações constantes nas fichas de candidaturas publicadas pelo TSE, 72 se enquadraram em alguma dessas nove categorias de trabalhadores. As outras se referem a ocupações de alta qualificação, atividades empresariais, docentes, funcionários públicos e demais carreiras prestigiadas no interior do Estado (que são o grande viveiro dos parlamentares eleitos). Em razão do interesse em medir a permeabilidade partidária dos grupos marginalizados ou de baixo *status* social, excluímos essas categorias tradicionais da análise (empresários, profissionais liberais e todas as comumente constantes nas biografias dos parlamentares). Portanto, o universo das ocupações de trabalhadores mobilizado congrega 446 candidatos em 2010, representando cerca de 11% do conjunto dos aspirantes a deputado federal, conforme representado na Tabela 3.

Tabela 3 – Tipos de trabalhadores entre os candidatos a deputado federal em 2010

	n	%
trabalhadores manuais sem qualificação	11	2,5
trabalhadores não manuais sem qualificação	32	7,2
trabalhadores industriais de baixa qualificação	6	1,3
trabalhadores semiquualificados da construção civil	3	0,7
trabalhadores manuais especializados (“artesãos”)	23	5,2
trabalhadores especializados não manuais de serviços	164	36,8
trabalhadores industriais de qualificação elevada	32	7,2
trabalhadores qualificados da construção civil	2	0,4
trabalhadores qualificados manuais de serviços	31	7
trabalhadores qualificados não manuais de serviços	59	13,2
profissionais de nível médio	83	18,6
Total	446	100
ocupações tradicionais, liberais ou empresariais	3678	89,2
<b>Total</b>	<b>4124</b>	<b>100</b>

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE. As categorias foram retiradas de Rodrigues (2009).

Como o objetivo aqui é observar a distribuição dos trabalhadores nos quatro maiores partidos brasileiros, essa miríade de categorias pode dificultar a interpretação dos resultados. Para evitar a dispersão excessiva dos dados, optou-se por agregar essas onze categorias em seis novas, baseadas no tipo de qualificação dos trabalhadores. Essa variável ficou assim distribuída entre os quatro maiores partidos brasileiros.

Tabela 4 – Tipo de qualificação dos trabalhadores nos principais partidos brasileiros, candidatos a deputado federal, em 2010

	Trabalhadores por tipo de qualificação						Total
	Trabalhadores sem qualificação	Trabalhadores com baixa qualificação	Trabalhadores manuais semi-qualificados	Trabalhadores qualificados da indústria ou da construção civil	Trabalhadores qualificados do comércio ou serviços	Profissionais de nível técnico	
PT	N 5 6,3%	1 1,3%	7 8,9%	3 3,8%	13 16,5%	2 2,5%	31 39,2%
PSDB	N 0 ,0%	0 ,0%	8 10,1%	0 ,0%	2 2,5%	4 5,1%	14 17,7%
PMDB	N 1 1,3%	0 ,0%	8 10,1%	3 3,8%	6 7,6%	10 12,7%	28 35,4%
DEM	N 0 ,0%	0 ,0%	3 3,8%	1 1,3%	2 2,5%	0 ,0%	6 7,6%
Total	N 6 7,6%	1 1,3%	26 32,9%	7 8,9%	23 29,1%	16 20,3%	79 100%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE.

Nota: As ocupações tradicionais e os pequenos partidos foram retirados da análise.

Em primeiro lugar, o número inicial de 446 trabalhadores cai drasticamente quando se observam apenas os quatro maiores partidos, perfazendo apenas 79 casos. Esse já é um dado significativo para o problema da estratificação social e partidos brasileiros: a maior capilaridade dos grupos de baixo *status* social se dá nos partidos pequenos ou médios. Nesse sentido, a elevada fragmentação do sistema partidário parece conferir maior amplitude social ao jogo eleitoral. Curiosamente ou não, essa combinação de fragmentação com amplitude socioeconômica pode servir, ademais, para alimentar os níveis de eficácia política e interesse em participar das zonas nas quais essa disposição é mais tímida, isto é, entre os grupos menos favorecidos socialmente. Seja como for, é nítido que o sistema partidário brasileiro, especialmente nas suas franjas e entre os partidos menos estabelecidos, acaba perpassando verticalmente várias camadas da estratificação social (ou parte da pirâmide social) do país.

Quanto aos partidos em si, PSDB e DEM estão muito menos acessíveis aos trabalhadores do que os demais partidos. O DEM abriga uma parcela praticamente residual desse público. Quanto aos demais, o total de trabalhadores pertencentes ao PT e PMDB são muito parecidos (31 contra 28). Entretanto, dentre as categorias de trabalhadores, o PMDB difere do PT porque inclui uma mão de obra urbana mais qualificada e de nível socioeconômico mais elevado. Nesse sentido, o PT parece exercer atração pelos grupos que de fato ocupam posições mais baixas no mercado de trabalho.

Para explorar a relação entre intensidade da permeabilidade sócio-ocupacional e o grau de inclusividade do *selectorate* partidário, criamos o Índice de Permeabilidade Social (IPS) de

cada partido. Ele foi feito a partir da atribuição arbitrária de pontos (*scores*) às diferentes ocupações de trabalhadores que sejam sensíveis aos diferentes perfis destes dentro de uma mesma lista eleitoral. O suposto por trás dessa operação é o de que existe diferença em se incluir, por exemplo, um técnico em agrimensura (categoria de nível médio) e um estivador, carregador ou assemelhados (trabalhadores manuais sem qualificação). Assim, quanto mais baixa a posição da ocupação na hierarquia social, mais pontos ela recebeu em relação às ocupações dos trabalhadores mais acima na estrutura ocupacional. Os trabalhadores com baixa qualificação ou sem qualificação alguma receberam 3 pontos. Os trabalhadores semiquualificados ou qualificados da indústria e construção civil receberam 2 pontos; os trabalhadores com qualificação no setor de serviços e de nível técnico receberam 1 ponto. Finalmente, para ponderar a quantidade de trabalhadores de cada lista partidária pelo total de candidatos do partido, os scores partidários foram multiplicados pela proporção de trabalhadores de cada lista<sup>11</sup>. A relação entre as duas grandes variáveis gerou uma alta consistência entre permeabilidade social dos partidos e seus mecanismos e de seleção de candidatos, conforme o gráfico 3.

Nos dois extremos, o relacionamento das duas variáveis indica um resultado relativamente intuitivo: PT é o antípoda do DEM no que se refere às duas dimensões. O PT, ao mesmo tempo em que amplia os níveis de decisão sobre as listas, inclui mais grupos socialmente desprestigiados na sociedade. O DEM tem uma convergência muito clara: o elitismo se verifica tanto entre os mecanismos selecionadores como entre os perfis sociais das suas candidaturas.

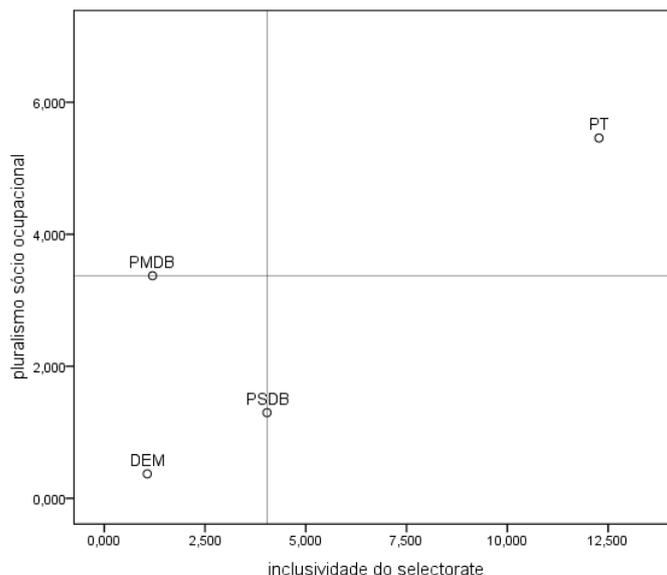
Não obstante, os resultados mais interessantes se referem aos dos dois partidos centristas. Enquanto o PSDB consegue manter mecanismos colegiados de seleção de candidatos e evitar o controle restrito de seus chefes, ele apresenta baixa permeabilidade dos candidatos de baixo status social. Nesse sentido, o PSDB acomoda os típicos setores médio e alto que são selecionados com mecanismos colegiados. De um modo geral, trata-se de uma organização que privilegia uma estrutura mais arejada, ainda que sua base de recrutamento seja mais elitista que inclusiva do ponto de vista social. Afinal, portanto, a relação que se estabelece entre quem procura o partido, a seleção e a lista final pode ser atravessada por uma dimensão ideológica acentuada.

Por fim, o PMDB é um caso clássico de partido que mescla elementos elitistas (na sua forma de montar listas) com relações interpessoais não restritas a classes sociais. Isto é, enquanto oferta vários candidatos oriundos de setores subalternos, essa parcela aciona seus caciques e relações pessoais com a tentativa de conseguir suas candidaturas, selecionados essencialmente pelo predomínio de indicações como forma principal de selecionar os competidores.

Em que pesem as limitações desse material, não podemos deixar de notar que a origem partidária exerce força inercial sobre essas variáveis: os caminhos iniciais do PT, por exemplo, ao contar com mecanismos participativos e ampla difusão entre o operariado urbano, pode culminar num tipo de estrutura organizacional que congrega inclusividade de seleção com pluralismo social mesmo com tantas mudanças no seu interior. Por sua vez, o PMDB, com ampla expansão territorial nos anos 70 e 80, conseguiu penetrar em setores populares, mas

<sup>11</sup>A formalização matemática do índice é a seguinte:  $IPS = (\sum n \cdot p) \cdot \%t$ . IPS = índice de permeabilidade social; n = número de casos correspondentes à categoria; p = peso atribuído a cada categoria; %t é proporção de candidatos trabalhadores em cada partido.

Gráfico 3 – Inclusividade do *selectorate* e pluralismo sócio-ocupacional nos maiores partidos brasileiros – candidatos a deputado federal 2010



Líder único	Elite Partidária	Delegados	Filiados	Eleitores
INDICAÇÃO				VOTO

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE.

Notas:

1. peso de cada categoria para cálculo da permeabilidade social: sem qualificação (3), com baixa qualificação (3) / manuais semiqualificados (2), qualificados da indústria ou da const.civil (2) / qualificados do comércio ou serviços (1), com nível técnico (1). Os escores de cada partido foram multiplicados pela proporção de candidatos trabalhadores de cada lista partidária.
2. A inclusividade do *selectorate* foi calculada a partir da escala da Figura 1 (p. 9), sendo ponderada pela proporção de candidatos escolhidos por votação em cada partido. Cada ponto na escala que representa o partido que nela se situa foi multiplicado pela proporção de candidatos que afirmaram ter sido selecionados pelo voto.

sem com que conseguisse contornar os mecanismos personalistas e autocráticos que operam no seu meio. Desse modo, autocracia e base ampla foram as marcas do PMDB e isso se reflete na formação de suas listas para deputado federal, ao menos nas eleições de 2010.

## 5 Considerações finais

Mirando a relação entre organização e pluralismo social partidário, os dados apresentados parecem fugir de uma relação perfeita entre a seleção de candidatos e o *output* social possível que cada partido exerce na produção de suas candidaturas. A hipótese afirmava que: seleções medianamente inclusivas tendem a pluralismo social, por um lado; e seus extremos (alta inclusividade do *selectorate* ou baixa inclusividade) tendem a baixo pluralismo social, por outro. Conforme os dados mobilizados, essa proposição é parcialmente confirmada. Explicamos essa confirmação “parcial” com cinco considerações:

- i) o sistema eleitoral brasileiro não cria incentivos para que os partidos adotem uma postura altamente burocrática e formalista do processo de seleção de candidatos. Enquanto partidos

inseridos em sistemas distritais ou de lista fechada tendem a controlar mais de perto esse processo, a lista aberta com foco eleitoral nos candidatos ao executivo faz com que os partidos possuam um processo de nomeação de candidatos mais aberto e menos engessado organizacionalmente. Comparando com partidos altamente institucionalizados (como o Partido Socialista Belga, o *Labour* britânico ou o Partido Social-Democrata Alemão), os partidos brasileiros estão longe de controlar institucionalmente a seleção de candidatos. O único partido que o faz é, justamente, o PT;

- ii) apesar disso, os partidos se diferem tanto organizativamente, quanto socialmente. Não se trata de uma diferença entre o PT e o resto dos partidos. Os outros três estudados revelam fronteiras organizacionais definidas entre si. Mesmo assumindo certa proximidade dos elementos organizacionais da seleção de candidatos entre PMDB e PSDB, é notável a diferença destes em relação também ao DEM;
- iii) além de se comportarem organizacionalmente de forma diversa, socialmente os partidos são pouco similares. Enquanto PT e DEM possuem perfis sociais bastante distintos, PMDB e PSDB possuem bases sociais mais homogêneas. Em parte, isso pode ser explicado pela oferta de candidatos que chega até o partido. Como apontam Fox e Lawless (2005), a existência prévia de quadros de determinados perfis na instituição cria incentivos para que outros adentrem. Do mesmo modo se opera o inverso: a inexistência de determinados padrões sociais leva à baixa identificação de bases sociais com o partido;
- iv) em relação à causalidade esperada entre seleção de candidatos e composição social das listas partidárias em relação aos trabalhadores, a hipótese não se confirma. Os dados encontrados apontam que não é possível associar *selectorates* medianamente inclusivos a listas eleitorais plurais. Mesmo que assumíssemos que o PT confirma nossa hipótese – na qual a seleção por delegados que votam na tomada de decisão predomina –, os casos de PMDB e PSDB são exemplos que negam a existência dessa relação.
- v) o problema, como bem lembra Pippa Norris e Joni Lovenduski (1995), é que a seleção de candidatos não é um movimento de causa única. Ela depende da oferta e de outros fatores que fogem ao controle do partido. O que podemos afirmar com bastante segurança é a forte relação que existe entre fronteiras organizacionais bem definidas (dadas aqui pelo padrão na seleção de candidatos), e bases sociais igualmente bem definidas. Partidos que possuem estrutura organizacional bastante coesa (seja ela institucionalizada ou personalista), como PT e DEM, apresentam resultados condizentes no tocante à pluralidade das listas de partidos. Já as legendas partidárias em que a estrutura organizativa não aparece com tanto vigor levam a composições sociais de suas listas também pouco demarcadas.

Resumidamente, a existência de fronteiras organizacionais robustas tende a produzir uma bem delimitada demarcação do território de caça do partido (PANEBIANCO, 2005). Por outro lado, contornos organizacionais borrados permitem que o partido fique à mercê da oferta de candidatos e da relação com o ambiente eleitoral para operar num sistema político altamente permeável.

## Referências

- ÁLVARES, M. L. M. *Recrutamento político & seleção de candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no “jardim secreto”*. Paper apresentado no 6º Encontro da ABCP. Campinas, 2008.
- AMARAL, O. E. do. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas. 2010.
- AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n. 2, p. 406-433, 1995.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.
- BILLIE, L. Democratizing a democratic procedure: myth or reality? Candidate selection in western european parties, 1960-1990. *Party Politics*, v. 7, n. 3, p. 363-380, 2001.
- BOLOGNESI, B. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 45-68, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos para o poder: a seleção dos candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de São Carlos -UFSCar, 2013b.
- BRAGA, M. do S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 454-485, 2008.
- CERVI, E. U. *Comportamiento electoral y nivel de disputa en Brasil: una análisis basado en el número efectivo de candidatos por distrito electoral para diputado federal en 2010*. Simposio del grupo de investigación “Comunicación política y comportamiento electoral.” VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, Quito, 2012.
- COLOMER, J. M. *Instituciones políticas*. 2. ed., Barcelona: Ariel, 2007.
- COSTA, L. D. *Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros*. Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2010.
- CZUDNOWSKI, M. Political recruitment. In: GREENSTEIN, F.; POLSBY, N. (Ed.). *Handbook of Political Science*. Micropolitical Theory. v. 2. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.
- DESPOSATO, S. W. Parties for rent? Ambition, ideology, and party switching in Brazil’s Chamber of Deputies. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 1, p. 62-80, 2006.
- Conexão Política, Teresina v. 4, n. 1, 43 – 63, jan./jun. 2015

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora UnB, 1980.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. To run or not to run for office: explaining nascent political ambition. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3, p. 642-659, 2005.

FREIDENBERG, F. *Incentivos electorales y selección de candidatos en organizaciones neopopulistas: el Partido Roldosista Ecuatoriano (1984-2000)*. V Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política y de la Administración, La Laguna, Tenerife, 2002.

\_\_\_\_\_. Selección de candidatos y democracia interna en los partidos de América Latina. *Biblioteca de Reforma Política*. Série Biblioteca de Reforma Política, n. 1. Lima: IDEA, 2003.

\_\_\_\_\_; LEVITSKY, S. Organización informal de los partidos en América Latina. *Desarrollo Económico*, v. 46, n. 184, p. 539-568, 2007.

GALLAGHER, M.; MARSH, M. *Candidate selection in comparative perspective*. The secret garden of politics. London: Sage Publications, 1988.

GUARNIERI, F. *Partidos, seleção de candidatos e comportamento político*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2004.

GUTTSMAN, W. L. The British Political Elite and the Class Structure. In: STANWORTH, P.; GIDDENS, A. (Ed.). *Elites and power in british society*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 22-44, 1974.

HANLEY, E. A party of workers or a party of intellectuals? Recruitment into Eastern European communist parties, 1945-1988. *Social Forces*, v. 81, n. 4, p. 1073-1105, 2003.

HAZAN, R. Y.; RAHAT, G.. *Democracy within Parties: candidate selection and their political consequences*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators: Theoretical propositions, methodological suggestions and empirical evidence. *The Journal of Legislative Studies*, v. 12, n. 3, p. 366-385, 2006.

HAZAN, R. Y.; VOERMAN, G. Electoral Systems and Candidate Selection. *Acta Politica*, v. 41, n. 2, p. 146-162, 2006.

HOPKIN, J. Bringing the members back in? Democratizing candidate selection in Britain and Spain. *Party Politics*, v. 7, n. 3, p. 343-361, 2001.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 349-385, 2012.

MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 29, p. 34-58, 1991.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political recruitment: gender, race and class in the British parliament*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. United Kingdom. In: NORRIS, P. (Ed.). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 158-186, 1997.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PENNINGS, P.; HAZAN, R. Y. Democratizing candidate selection: causes and consequences. *Party Politics*, v. 7, n. 3, p. 267-275, 2001.

RAHAT, G. Which Candidate Selection Method Is More Democratic? In: *3rd Conference of the European Consortium for Political Research*. Budapest, p. 8-10, 2005.

\_\_\_\_; HAZAN, R. Y. Candidate selection methods: an analytical framework. *Party Politics*, v. 7, n. 3, p. 297-322, 2001.

\_\_\_\_; \_\_\_\_; KATZ, R. S. Democracy and political parties: on the uneasy relationships between participation, competition and representation. *Party Politics*, v. 14, n. 6, p. 663-683, 2008.

RIBEIRO, P. F. El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. *Revista de ciencia política*, v. 33, n. 3, p. 607-629, Santiago, Chile, 2013.

\_\_\_\_. *What Do These People Want? Membership and activism in brazilian political parties*. European Consortium for Political Research (ECPR), University of Salamanca, Spain, April 2014.

RODRIGUES, L. M. A composição social das lideranças do PT. In: RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, p. 7-36, 1990.

\_\_\_\_. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

\_\_\_\_. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

\_\_\_\_. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, 2002a.

\_\_\_\_. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002b.

ROJAS, F. A. G.; CARLOMAGNO, M. C. Elite política local e legislativo municipal no estado de São Paulo: partidos, ideologia e composição social. *Agenda Política*, v. 2, n. 1, p. 94-115, 2014.

SAMUELS, D. Political ambition, candidate recruitment and legislative politics in Brazil. In: SIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. (Ed.). *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park, PA: The Penn State University Press, p. 76-91, 2008.

\_\_\_\_\_. Incentives to cultivate a party vote in candidate-centric electoral systems: evidence from Brazil. *Comparative Political Studies*, v. 32, n. 4, p. 487-518, 1999.

SANTOS, A. M. dos; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.

SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis. In: FREIDENBERG, F.; SAÉZ, M. A. (Ed.). *Distrito Federal: Tribunal Electoral del Distrito Federal*, 2009.

DI TELLA, T. S. *Los partidos políticos: teoría y análisis comparativo*. Buenos Aires: A-Z Editora, 1998.

WOLINETZ, S. B. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In: GHUNTER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Ed.). *Political parties: old concepts, new challenges*. Oxford: Oxford University Press, p. 136-165, 2002.